

Entre a insurreição e a reação: a busca do “capitalismo normal” de Evo Morales¹

James Petras*

Resumo

O governo Evo Morales, embora impulsionado por movimentos sociais dotados de grande potencial revolucionário, ao adotar a estratégia de realização de um pretense “capitalismo normal”, enfraquece suas bases de apoio, ao mesmo tempo em que encoraja a contra-ofensiva das classes dominantes. Como resultado, apesar do apelo a uma retórica de confronto com o imperialismo e a símbolos de forte conotação étnica, o próprio governo se vê obrigado a fazer concessões mais abertamente neoliberais.

Abstract

The Evo Morales administration, although stimulated by social movements endowed with a considerable revolutionary potential, when adopting the strategy of accomplishment of a pretense “normal capitalism”, weakens its bases of support, at the same time that it encourages the counter-offensive of the ruling classes. As a result, despite its rhetorical appeal to a confrontation with the imperialism and to its strong use of symbols of ethnic connotation, the government ends up making concessions toward neoliberal principles.

Introdução

Muitos acadêmicos, políticos, jornalistas e comentaristas têm, de maneira entusiástica, caracterizado o regime de Evo Morales como “radical”, “revolucionário” e parte de um bloco “antiimperialista”. Diversos acadêmicos como Noam Chomsky, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Heinz Dietrich, Marta Hanecker e Immanuel Wallerstein

¹ Conferência proferida em 14 de abril de 2007, no IV Congresso de Sociologia da Bolívia. O texto foi publicado em espanhol por *Lutas & resistências*, 2/3 (1º. e 2º. semestres de 2007). Tradução do inglês por Mariana Bueno, mestranda em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS).

* New York University at Binghamton. Livros recentes: *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*, Florianópolis, EDUFSC, 2007; *The power of Israel in the United States*, Clarity Press, 2006.

descrevem Evo Morales como parte de uma nova onda esquerdista que está varrendo a América Latina. O que surpreende na análise destes acadêmicos entusiastas de Morales é a total ausência de qualquer análise empírica da sua recente trajetória política e das políticas sócio-econômicas e públicas implementadas durante seus primeiros 15 meses no cargo.

Uma primeira aproximação para melhor compreender o regime Morales consiste em rever brevemente o papel deste e de seu partido, o MAS, no período que antecedeu a sua eleição e as relações de ambos com a dinâmica dos movimentos sociais em direção a transformações sociopolíticas...

Esta perspectiva histórica serve para como base para delinear as concepções teórico-práticas que orientam as estratégias e o programa de governo de Morales e do vice-presidente García Linera.

Definidas as linhas mais gerais de atuação e os objetivos estratégicos, poderemos analisar as políticas específicas adotadas em relação a importantes setores sócio-econômicos e os compromissos e alianças tático-políticas realizados pelo governo.

O regime de Morales e sua perspectiva histórica

Contrariando a mitologia de muitos intelectuais progressistas, Morales não desempenhou papel algum nas três principais revoltas ocorridas entre 2003 e 2005 e que acabaram derrubando dois presidentes clientelistas neoliberais: Sánchez de Lozada e Carlos Mesa. Para ser mais exato, Morales se opôs à bem sucedida revolta de outubro de 2003 que derrubou Sánchez de Lozada. Estava em Genebra, Suíça, participando de uma conferência interparlamentar, quando Lozada caiu. E em maio e junho de 2005, fez todo o possível para acabar com a greve geral que derrubou Carlos Mesa.

Uma análise séria demonstra que Morales usou todo o peso do MAS e dos movimentos sociais ligados a ele para apoiar a triunfante ascensão de Carlos Mesa a presidente, em detrimento ao fato de que este havia sido vice-presidente de Sánchez de Lozada. Após a renúncia

de Mesa, Morales voltou a intervir a favor de que o neoliberal Rodriguez, do Tribunal Superior de Justiça, se tornasse presidente interino no período que antecedeu a eleição presidencial de dezembro de 2005. Depois, Morales transformou completamente as exigências dos movimentos sociais de uma assembléia constituinte (AC) para “refundar a república”. Os movimentos sociais exigiam que a eleição da AC se realizasse através dos movimentos sociais populares, o que garantiria que a AC expressasse os interesses dos trabalhadores e dos camponeses. Morales rejeitou esta exigência fez um acordo com os desacreditados partidos da oligarquia para organizar as eleições para a AC com base em unidades territoriais, fazendo com que as máquinas eleitorais dos partidos dominassem o processo. O resultado foi a quase completa marginalização dos movimentos sociais na AC.

Após um ano de conflitos sobre os procedimentos da AC, Morales aceitou que os partidos oligárquicos tivessem um poder veto virtual nos termos da nova constituição, pois concordou em que, para a aprovação das leis constitucionais, fossem necessários dois terços dos votos. Outra evidência das discrepâncias entre o regime de Morales e as exigências dos movimentos sociais foram as nomeações para postos econômicos fundamentais do governo e a continuação das políticas fiscais ortodoxas. Enfatizou-se um orçamento equilibrado e uma política monetária restritiva, com prejuízo do investimento público em programas sociais e no combate a pobreza, por exemplo: duplicar o salário mínimo, fornecer um aumento substancial aos professores e aos trabalhadores do setor público – a começar pelo da saúde – que são mal remunerados.

Considerações teóricas

A deterioração do pensamento social “crítico” é muito mais evidente no que tange a trajetória política, a estrutura e a política do movimento de Morales (MAS, movimentos e sindicatos de camponeses-indígenas afiliados). A lógica e a teoria propostas pelos “teóricos da esquerda” (TE) é dedutiva, pós-moderna, a-histórica e antimaterialista.

Em vez de analisar as práticas políticas empíricas de classe de Morales e do MAS, os TE assumem que, por ser índio, de origem popular e ter sido dirigente de um movimento popular, seu regime pode ser definido *ipso facto* como “radical”, “revolucionário” e “antiimperialista”. A lógica dedutiva exclui todo o leque de acordos e o “rearranjo” de classe que acompanharam a mudança decisiva de Morales desde as lutas de ação direta de massa até as políticas eleitorais parlamentares.

O pós-modernismo centra-se exclusivamente nas ações simbólicas e culturais e no “teatro político”, sem considerar (até por que é contra) importantes lutas de classes e mudanças de propriedade. Para os pós-modernos a ênfase de Morales na sua identidade indígena, sua participação em eventos tradicionais vestindo trajes nativos, seus ataques verbais e suas ameaças a oligarcas e conspiradores expressam “uma nova forma” revolucionária de se fazer política. Focados na idéia de “identidade”, os pós-modernos acabam desconsiderando as enormes diferenças de classe entre, por um lado, os sem terra desnutridos, os camponeses que mal conseguem sobreviver e, por outro, os políticos, dirigentes e agentes indígenas do poder, que pertencem à classe média. Ignoram as evidentes colaborações econômicas entre o regime de Morales e a abastada elite “branca” agro-exportadora, as empresas petrolíferas européias e estadunidenses e os indígenas milionários do complexo de minério de ferro de Mutun. Obcecados com a “retórica” e o “discurso” feito por Morales nas suas aparições diante das massas, os pós-modernos acabam enfatizando as demagógicas acrobacias lingüísticas do presidente boliviano e ignoram o conteúdo real de classe e nacional de sua política. Daí a sua “nacionalização revolucionária” do petróleo e do gás representas, essencialmente, nada mais nada menos do que um aumento do imposto pago pelas multinacionais ao Estado. Nenhuma multinacional foi expropriada. O preço do gás vendido à Argentina, cerca de US\$5,00 para cada 28 mil metros cúbicos, era 40% mais baixo que o preço mundial; um ano depois da “nacionalização” o Brasil ainda pagava os mesmos US\$4,00 e, em alguns casos, o preço era tão baixo quanto os US\$1,9 pagos nos períodos de Sánchez de

Lozada e Mesa. O teatro, as análises discursivas e a retórica são divertidas e ocasionalmente oferecem algumas pistas sobre um determinado *estilo*, mas constituem um material substancial para se analisar a política econômica de um determinado regime.

O ponto de partida teórico para uma total compreensão de determinado regime político começa pelo conhecimento empírico-histórico da ação política dos atores conforme se reparam as estruturas de classe ao longo do tempo. O marxismo empírico-histórico analisa a política econômica, as relações estruturais entre as classes dirigentes e o Estado, os dirigentes eleitos e suas bases eleitorais.

Esta abordagem materialista desmistifica o verdadeiro significado de “política cultural”. É bem conhecido historicamente de que forma os políticos reacionários e reformistas têm combinado políticas pró-imperialistas e favoráveis às multinacionais com práticas culturais tradicionais.

Na África, Senghor no Senegal e Mobuto no Zaire enfatizaram a “negritude” como “política cultural” enquanto abriam as portas para que europeus e estadunidenses pilhassem suas respectivas economias. Duvalier no Haiti, Haya de la Torre no Peru, Ferdinand Marcos nas Filipinas e outros tantos governantes combinaram identidades étnicas e religiosas tradicionais com políticas pró-imperialistas. A questão fundamental consiste em analisar quais são as relações político-econômicas de propriedade e de classe que permeiam a recuperação de práticas étnicas e culturais tradicionais. Muitas vezes os governantes étnicos manipulam as questões referentes ao simbolismo cultural com o intuito de retirar o foco das questões referentes à colaboração de classe e, desta forma, possibilitam a expansão da dominação imperial da economia e a concentração de propriedade da terra.

Estou sugerindo que o “ressurgimento cultural” andino-indígena é uma arma ideológica manipulada por Morales e Garcia Linera para criar uma coesão entre camponeses e indígenas, com o objetivo de receber apoio nas políticas socioeconômicas que favorecem as multinacionais, os agro-exportadores, os banqueiros e a elite

empresarial. Em contraste, alguns teóricos comprometidos em estabelecer uma classificação *histórico-comparativa*, enquadram o regime de Morales como sendo *nacionalista-populista* da mesma forma que Arbenz na Guatemala (1946-1953), Perón na Argentina (1946-1955) e Vargas no Brasil. Este método de analogia histórica é útil até certo ponto, pois acaba não levando em consideração distinções extremamente importantes. Arbenz expropriou grande parte das terras que pertenciam à empresa estadunidense *United Fruit Company*, e as distribuiu para os índios, para os sem terra e para os camponeses. Morales prometeu, inúmeras vezes, que defenderia as grandes plantações do agro-negócio. Perón expropriou os interesses do petróleo e as ferrovias, financiou um amplo sistema de bem-estar social, dobrou o salário mínimo e apoiou as reivindicações salariais dos trabalhadores. Morales seguiu políticas fiscais e monetárias ortodoxas. Vargas criou um grande setor industrial independente, convertendo ferro em aço. Morales vendeu a grande mina de ferro e manganês de Mutun para a multinacional indiana Jindal nos mais vergonhosos e ridículos termos e sem condições mínimas de industrialização.

As comparações positivas contemporâneas de Morales com o “nacionalismo” de Chávez também não são válidas. Chávez expropriou grandes propriedades e assentou ali mais de 100 mil famílias, expropriou a maioria das companhias de energia elétrica estadunidenses, comprometeu-se numa significativa expansão dos gastos sociais e criou novas formas de participação direta dos cidadãos. Morales procura cooptar líderes dos movimentos sociais na tentativa de que estes se subordinem à sua política parlamentar. Ele recusa a expropriação dos 100 maiores latifundiários e, apesar de ter as maiores rentabilidades com exportação de energia e minério da história, por conta de preços internacionais favoráveis, mantém uma política orçamentária austera.

A teorização de Morales e García Linera sobre o capitalismo boliviano

A teorização de Morales e García Linera gira em torno de vários eixos:

1. Uma teoria da mudança política e econômica *por etapas*.
2. Uma crítica ao modelo capitalista neoliberal à la Sánchez de Lozada.
3. Uma concepção alternativa de “capitalismo andino-amazônico” ou “capitalismo normal” (cooperação entre multinacionais, Estado e o agro-negócio).
4. Uma aliança “producionista” estratégica com as multinacionais, as elites agro-exportadoras e a “burguesia nacional”.
5. Uma eclética aliança com o Brasil de Lula (através da Petrobras), a Argentina de Kirchner (Repsol), o Chile de Bachelet, a Venezuela de Chávez, Cuba de Castro, os Estados Unidos de Bush, a União Europeia e o FMI/Banco Mundial.

Os passos iniciais do regime buscaram assegurar a colaboração das elites locais e estrangeiras persistindo em políticas ortodoxas de estabilização, restringindo investimentos sociais/públicos, defendendo os latifúndios e desmobilizando os protestos populares. O regime garantiu o apoio da Venezuela, de Cuba, de intelectuais progressistas estrangeiros e líderes com discursos retóricos antiimperialistas, afirmações culturais e diplomacia pessoal. Internamente, Morales, cooptou líderes dos movimentos sociais fornecendo-lhes cargos no governo, fez mínimas concessões às exigências econômicas locais, mistificou (temporariamente) as massas que o apoiaram com a retórica da “nacionalização” e promessas de reforma agrária e “tramas” e esconjurou “conspirações” nos momentos convenientes de questionamento popular.

A “teoria por etapas” de Morales e García Linera

A teoria de desenvolvimento de Morales e García Linera tem como base uma versão boliviana da teoria econômica liberal das etapas de desenvolvimento.

Durante a primeira etapa, a economia se estabiliza por meio de políticas econômicas e fiscais ortodoxas. A propriedade existente e as relações de classe são garantidas e incentivos estatais, subsídios e acordos de longo prazo são colocados em prática. As demandas salariais e os gastos sociais são controlados, permitindo assim uma alta rentabilidade e possibilitando um aumento do investimento da burguesia nacional e estrangeira em projetos industriais. Na segunda etapa, a decolagem, o aumento da produção industrial e das exportações de *commodities* possibilitam um aumento nas receitas do governo, fundamentado numa tripla aliança estratégica entre os capitais público, nacional e estrangeiro. A idéia é de que um aumento da riqueza daqueles que “escorrendo” e beneficiando os que estão em baixo. Os sindicatos ficam de mãos atadas em acordos tripartidos. Fazem-se esforços para conter e fragmentar os salários e as exigências salariais e, com isso, possibilitar a acumulação de capital. Sindicatos paralelos e contratos de prestação de serviço são utilizados para dividir os trabalhadores.

Na terceira etapa, a Bolívia alcança o “capitalismo normal” - camponeses sem terra são deslocados do campo e absorvidos por um novo e industrializado setor de minério ou acabam emigrando. Coloca-se em prática um programa público mínimo de bem-estar-social. A economia cresce, as exportações e as finanças do Estado florescem, impostos e despesas são equilibrados e os conflitos de classe se limitam às estreitas “demandas econômicas”. O MAS dirige um sistema corporativista de Estado-capital-comércio-sindicatos.

Na etapa final, algumas décadas ou séculos depois, o “capitalismo normal” permanecerá utilizado como motor de desenvolvimento e será substituído por uma versão de “socialismo andino” no qual se presume

que os índios, os trabalhadores e a burguesia nacional irão se unir e socializar a produção.

Esta teoria do desenvolvimento do “capitalismo normal” é, em grande parte, derivada de uma crítica ao modelo “neoliberal” anterior, personificado nas políticas do ex-presidente Sánchez de Lozada.

Comparação: Sánchez de Lozada, Evo Morales e os movimentos sociais

A tentativa de Morales e García Linera de criar uma versão boliviana do “capitalismo normal” surge a partir de uma crítica ao cleptocrático e predador projeto neoliberal de Sánchez de Lozada e uma rejeição do programa antiimperialista do movimento social revolucionário. Não se trata de uma ruptura completa, nem de uma continuação do passado e tampouco uma exclusão dos movimentos sociais. Este modelo tem como premissa a subordinação do agro-negócio, do setor financeiro e das multinacionais que apoiaram Sánchez de Lozada, por meio de uma política que regulamente o seu comportamento. Desta maneira eles podem investir e pagar seus impostos o que os encorajaria a seguir as regras do “capitalismo normal”.

Com o objetivo de pressionar as elites econômicas a agirem de acordo com o modelo do “capitalismo normal”, os movimentos sociais são utilizados como massa de manobra. Morales e García Linera usam os movimentos sociais para conter os movimentos separatistas, em oposição à “Media Luna”, coalizão das províncias em torno de Santa Cruz. O regime utiliza os movimentos populares para se opor às atividades obstrucionistas no congresso e na Assembléia Constituinte, além de assegurar a aprovação de seus contratos de gás e petróleo com as multinacionais. O regime de Morales precisa dos movimentos sociais para criar um contrapeso político aos cleptocráticos neoliberais e ao mesmo tempo Morales e García Linera dependem das elites econômicas privadas para “desenvolver” a economia. Este malabarismo acaba sendo duvidoso, pois exige concessões econômicas para o setor empresarial

(que apóia a direita política) e o constante “teatro político” expresso em ações simbólicas dirigidas aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são os instrumentos, não os beneficiários do modelo de Morales e García Linera. Eles servem para apoiar a tentativa de Morales de expandir o setor econômico do Estado como parte de uma tripla aliança composta pelas multinacionais do setor de extração (petróleo, gás, estanho e ferro), em parceria com empresas estatais e o setor privado “nacional” dominante na agro-exportação, setor financeiro, comércio e setor de minério de médio porte (“cooperativas”).

Todo o modelo teórico-conceitual de Morales é baseado na articulação e na harmonização desta “tripla aliança” (TA), que exclui qualquer mudança estrutural na propriedade e nas relações sociais. É muito importante lembrar que a TA depende da exclusão da classe trabalhadora e dos camponeses de qualquer cargo político ou econômico onde as decisões são tomadas ou que possam fazer uso do poder. Por outro lado, a TA é completamente dependente da cooperação dos líderes dos movimentos sociais e da incorporação *de facto* destes movimentos como apêndices do Estado. “Manifestações populares” são convocadas periodicamente. As teatrais ocupações militares de empresas estrangeiras, lideradas por Morales, são utilizadas como publicidade dramática. Periodicamente são denunciadas infundadas “conspirações” e “intrigas”, criando a imagem de um presidente antiimperialista cercado. Nenhum conspirador foi preso ou teve seu nome mencionado e as “investigações” são irrelevantes.

Para esquecer a distância de Morales e García Linera dos movimentos sociais e o contraste entre o “capitalismo normal” e o “capitalismo predador”, é necessário identificar as diferenças cruciais referentes a assuntos sócio-econômicos e políticos.

Assuntos	Modelo do “capitalismo normal” de Morales y García Linera	Modelo do “capitalismo predador” de Sánchez de Lozada	Modelo do movimento social revolucionário
Multinacionais de petróleo e gás	Aumento dos impostos, <i>joint ventures</i>	Desnacionalização; poucos impostos, algumas vezes inexistência deles; venda ilegal das empresas estatais.	Nacionalização por meio da expropriação e com o controle dos trabalhadores.
Política agrária	Promoção dos agro-exportadores; reforma agrária limita-se às terras publicas não produtivas; mecanização.	Expropriação e confisco ilegal das terras de camponeses e terras estatais; promoção do agro-negócio.	Ampla reforma agrária, com expropriação de terras férteis e produtivas.
Política racial-indígena	Igualdade cultural de raça, respeito pelas tradições indígenas.	Discriminação racial em todos os níveis e regiões.	Transformações socioeconômicas e culturais, transferência de renda e de propriedade para a população indígena.
Corrupção	Reprimir contrabando, moralidade nas repartições públicas e nas parcerias público-privado.	Regime cleptocrático; pilhagem dos recursos públicos; comércio ilegal; privatização; venda de terras e empresas.	Re-nacionalização de todas as empresas privatizadas; repressão a especuladores ilegais, grandes empresas multinacionais e agro-exportadores;
Capitalismo	Ampla representação, expansão de todos os setores (alta, média e pequena burguesia) e do Estado.	A existência de uma elite burguesa e de multinacionais, marginalização da pequena burguesia, redução da representação.	Expropriação da alta burguesia; regulação intermediária; controle estatal nos mais altos comandos da economia.
Investimento externo	Aumento dos impostos; <i>joint ventures</i> .	Concessão de isenção de impostos; impostos baixos; 100% de domínio; venda de gás a preços muito baixos.	Expropriação sob a direção dos trabalhadores e do Estado.
Política de Renda	Austeridade na política salarial, superávit orçamentário, multinacionais remetem lucros em moeda forte, manutenção das desigualdades, aumento do salário mínimo.	Austeridade para os trabalhadores; pilhagem das arrecadações tributárias por parte da elite; ampliação das desigualdades; congelamento do salário dos trabalhadores de baixo escalão do setor público e do salário mínimo.	Políticas de renda igualitária; aumento do investimento público na produção; o salário mínimo e os demais salários têm seu valor dobrado; Controle dos capitais; moratória da dívida.

Relação capital-trabalho	Manutenção da relação capital-trabalho; revogação de algumas leis repressivas <i>anti-trabalhistas</i> ; oposição às greves trabalhistas e aos movimentos sociais independentes.	Regime repressivo, aprisionamento e matança de trabalhadores, camponeses e pobres que protestem contra o regime.	Fim da exploração capitalista do trabalho; revogação de todas as leis trabalhistas restritivas; legislação que propicie aos trabalhadores controle dos meios de produção; acusação dos capitalistas e políticos envolvidos nos inúmeros assassinatos de trabalhadores.
Alianças político-econômicas	Tripla aliança	Alta burguesia - multinacionais	Aliança dos trabalhadores, camponeses, índios e moradores pobres das zonas urbanas.
Política externa	Eclética: relação com países progressistas Cuba/Venezuela, com o pacto neoliberal andino e com semi-autonomia em relação aos EUA e a UE. Manutenção das forças armadas no Haiti.	Cliente dos EUA, subordinado às multinacionais, à UE, Argentina e Brasil.	Política independente e antiimperialista, alinhada com Cuba e Venezuela.
Política macroeconômica	Política fiscal e monetária ortodoxa; tendência a um aumento no investimento público.	Política fiscal e monetária ortodoxa.	Expansão do gasto público para a produção e o consumo populares.

A partir do sintético panorama dos três projetos político-econômicos descritos na tabela acima, fica evidente que a única força política que favorece mudanças estruturais são os movimentos sociais revolucionários. As políticas de Morales são basicamente organizadas para o desenvolvimento de mudanças em direção à reforma do sistema capitalista, no sentido de incorporar capitalistas de diferentes setores, com o intuito de expandir o Estado capitalista e proporcionar um aumento na representatividade da pequena burguesia. Suas políticas giram em torno da “moral” burguesa - garantindo o pagamento de impostos e evitando a corrupção, se submetem à ordem capitalista e relatam os reais lucros e ganhos.

É precisamente a agenda ética burguesa de Morales que mais o diferencia das políticas predadoras e cleptocráticas de Sánchez de Lozada. Isto fica claro, uma vez que o comando da economia permanece nas mãos das mesmas empresas agro-exportadoras, das mesmas grandes companhias, da mesma elite financeira e das multinacionais.

Fica também evidente quando observamos as mesmas disparidades relacionadas aos ganhos e à propriedade da terra.

Com este tipo de governo, Morales acaba amparado pelos aparelhos de Estado, assim como pelas mobilizações de massa para manter-se no poder e conter as elites separatistas de Santa Cruz, Beni, Cochamamba e Tarija. Em contraste, Sánchez de Lozada dependia exclusivamente dos aparelhos do Estado e, em menor grau, de grupos paramilitares aliados aos agro-exportadores. Sob o comando de Sánchez de Lozada o Estado foi envolvido em constantes massacres. Morales, por outro lado, depende de formas mais suaves de repressão, negociação, cooptação e de um controle social mais vigoroso. Em suma, dados empíricos demonstram que Morales representa uma nova forma de governo capitalista, a reforma do *modus operandi* do capitalismo, com novas regras de expansão capitalista, com uma política externa eclética e uma transformação na coalizão diferenciada de governantes capitalistas. De maneira alguma ele representa uma ruptura radical ou revolucionária com o capitalismo; representa uma tentativa de moralizar as elites capitalistas existentes. As credências “reformistas” de Morales são questionáveis - não houve nenhuma substancial transformação orçamentária, não foram reduzidas as desigualdades sociais e não houve um aumento significativo da participação dos trabalhadores na renda gerada. O reformismo de Morales está restrito aos aumentos sucessivos do salário mínimo e dos salários dos servidores públicos. No que se refere a política externa, Morales é diplomaticamente eclético - depende economicamente das multinacionais, sua retórica é antiimperialista, porém, na prática, segue sua política é dependente da ajuda da UE e dos EUA...

Crítica Teórica

Ao longo dos anos, os esquerdistas, participantes ou não de regimes progressistas, se apoiaram em duas diferentes concepções estratégicas de desenvolvimento político-econômico e com conseqüências extremamente distintas.

Uma das escolas de pensamento defende que um regime recém eleito deve estabilizar a economia, controlar a “crise”, reconstruir a caótica estrutura produtiva do regime reacionário anterior, antes de promover mudanças estruturais.

A visão alternativa defende que o governo progressista foi eleito devido à crise do sistema econômico e sua tarefa é mudar a estrutura econômica, com o objetivo de consolidar o poder, enquanto a classe capitalista ainda está desacreditada, desorganizada e em crise.

A estratégia de “estabilização” do desenvolvimento apresenta diversos problemas. Antes de mais nada, permite que a classe capitalista tenha tempo para se reagrupar e se recuperar da derrota política, do descrédito e do transtorno. O governo progressista perde uma vantagem estratégica quando não age no momento em que possui maior força política e, portanto, quando a oposição se encontra bastante debilitada.

A estratégia de estabilização de Morales e García Linera ilustra os pontos fracos e as conseqüências da perda de um momento histórico. No decorrer de um ano, os partidos de direita se reagruparam, mobilizaram suas bases de apoio e paralisaram a Assembléia Constituinte. A burguesia e os latifundiários ditaram, de forma bastante eficaz, os limites de qualquer mudança social.

O segundo aspecto problemático da política de estabilização, é que o governo progressivamente repassa os custos socioeconômicos da reconstrução e da gestão da crise para a classe trabalhadora, através de um orçamento austero e de políticas monetárias e salariais restritivas. Ao conter os gastos sociais e colocar restrições às demandas dos trabalhadores e das mobilizações, o regime permite que os capitalistas recuperem suas taxas de lucro e consolidem sua hegemonia de classe.

Em terceiro lugar, um regime cuja política econômica enfraquece sua base social popular, acaba fortalecendo a recuperação da classe adversária e criando enormes obstáculos para qualquer esforço posterior na tentativa de realizar algum tipo de mudança estrutural. Mesmo que o regime progressista se adapte à classe capitalista

reagrupada, não conseguirá realizar nenhum tipo de aliança estratégica, pois a classe capitalista prefere seus próprios dirigentes e instrumentos políticos e rejeita qualquer partido ou movimento de massa cuja base possa fazer alguma pressão.

Por último, a política de estabilização ressuscita uma poderosa configuração do poder econômico nas estruturas políticas institucionais que impedem quaisquer alterações futuras. É impossível desenvolver grandes mudanças estruturais após as classes populares terem sido desmobilizadas e a classe capitalista ter superado a sua crise, enquanto a nova classe política está determinada na consolidação do sistema econômico. A estratégia de estabilização não adia temporariamente as mudanças; elas acabam sendo impedidas, estruturalmente, de acontecerem num futuro próximo.

A história demonstrou repetidas vezes que quando uma classe dominante se sente desafiada ou ameaçada por algum movimento de insurreição, cede o governo a uma oposição eleitoral que se comprometa operar dentro dos parâmetros do Estado burguês. A classe dominante aceita a ascensão de “dirigentes populares” ao governo desde que estes exerçam controle sobre as classes perigosas. Na medida em que o regime simplesmente “moraliza” a economia capitalista, garante os interesses sagrados dos latifundiários, acaba se submetendo às táticas e aos frívolos argumentos processuais da Assembléia e do Congresso, a classe capitalista se encoraja e parte para a ofensiva, atacando até mesmo a existência de um Estado unitário, a legitimidade do regime e qualquer pequena reforma que tenha sido feita ou que venha a ser implementada.

Enquanto Morales e García Linera buscarem uma estratégia de “união nacional” para o desenvolvimento econômico baseado em um modelo político corporativista, a renascente classe capitalista (nacional e estrangeira), que opera a partir de um controle estratégico de setores financeiros e exportadores, aproveita cada concessão e exige mais. A classe capitalista participa da luta de classe descrita desde acima e desde o exterior, dentro e fora das instituições. As premissas

fundamentais do “capitalismo normal” de Morales e García Linera entram em conflito com a racionalidade e a lógica da acumulação capitalista e com a necessidade dos capitalistas de dominarem exclusivamente para si e por si.

Tolerância em relação às reivindicações culturais, teatro populista e demagogia à moda antiga foram usados em tempos de crise e de verdadeiras ameaças das ruas. Uma vez consolidada, a classe capitalista, com o intuito de defender o seu controle, se volta para seus próprios líderes orgânicos, tecnocratas e símbolos culturais.

Presos entre uma classe popular desmobilizada e cada vez mais na defensiva, e uma burguesa encorajada e cada vez mais na ofensiva, os dirigentes do “capitalismo andino” não têm outra saída além de concederem novos espaços aos seus partidários mais fiéis, aos tecnocratas neoliberais ou mesmo fazer concessões mais explicitamente neoliberais.